

INDICE

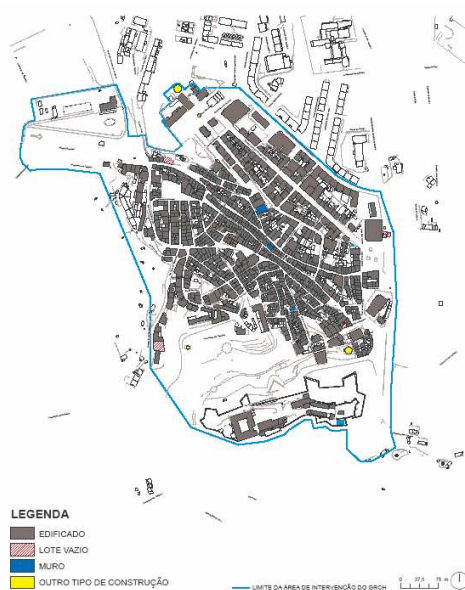
3. Caracterização do Espaço Urbano	2
3.1. Organização Espacial	2
3.2. Caracterização do Edificado	4
3.2.1. Datação	4
3.2.2. Tipologia e Elementos de Identificação	5
3.2.3. Funcionalidade e Regime de Utilização	9
3.3. Espaços Públicos	11
3.3.1. Arruamentos	11
3.3.2. Jardins e Arranjos Paisagísticos	12
3.4. Património Arquitectónico	13

3. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

3.1. Organização Espacial

Resultado de uma evolução gradual ao longo de séculos, a malha urbana foi-se desenvolvendo a Norte do Castelo (sentido de Sul para Norte), aproveitando, numa primeira fase, a encosta da fortificação para fixação das primeiras casas - deste modo se formou o primeiro povoado em Palmela. Condicionado pela topografia do terreno, o burgo cresceu adaptando-se às orientações das curvas de nível, formando um núcleo urbano cujo limite provável seria a actual Rua Hermenegildo Capelo. A malha cresceu em patamares perimétricos, nos quais os quarteirões aparecem ordenados segundo o sentido das ruas, paralelos à muralha Norte do Castelo.

Fig. 3 - Centro Histórico de Palmela



À medida que este primeiro núcleo urbano se foi desenvolvendo, surgiram espaços exteriores destinados às trocas comerciais, que se inicialmente estavam localizados no limite do burgo, com a natural evolução da malha, foram sendo absorvidos (caso do actual Largo D'El Rei D. João I - antigo Rossio), dando lugar mais tarde a espaços urbanos públicos de estar/lazer. Estes espaços funcionam como zonas de descompressão do tecido urbano, bastante denso por norma, que vêem aqui a possibilidade de implantar edifícios de maior relevo arquitectónico e/ou

de carácter institucional. Por outro lado, estes largos passam a funcionar como elementos urbanos geradores de concentração, promovendo as relações sociais, e por conseguinte a troca de informação.

Com o crescimento “contínuo” da malha urbana, surge um segundo aglomerado urbano, distinto pelas suas características urbanas. Desenvolve-se para Norte (a partir da Rua Hermenegildo Capelo), com uma orientação dos quarteirões a fazer-se no sentido Sudeste – Noroeste, na direcção dos pontos de maior acessibilidade, criada pelas estradas de Setúbal e da Aldeia Galega (Montijo). Ao contrário do primeiro núcleo, as ruas desta área estendem-se no sentido de maior declive, e as suas travessas e escadarias desenvolvem-se transversalmente, no sentido das curvas de nível e paralelas à muralha do Castelo. As ruas são menos deambulantes, ainda que orgânicas na sua adaptação à morfologia do terreno, mas permitem agora um percurso mais “directo” entre os extremos da vila. A Rua Contra-Almirante Jaime Afreixo, antiga rua direita, liga o Largo do Município (a Sudeste) com o Largo Marquês de Pombal (a Noroeste), localizados junto a dois dos acessos da Vila de Palmela.

O aparecimento de um terceiro núcleo urbano, mais a Norte, corresponde a uma evolução mais recente da malha. Com pouco mais de 100 anos, diferencia-se dos anteriores núcleos por apresentar um malha urbana ortogonal, onde as características do traçado da rede viária, nomeadamente o perfil dos arruamentos são bastante mais largas, contemplando passeios generosos que garantem a protecção dos peões. Ao contrário dos dois núcleos anteriores, foram estes arruamentos que definiram alinhamentos e afastamentos do edificado, e não o contrário. Os edifícios pertencem a um período mais recente, que embora coexistam com outros edifícios ainda mais recentes - construídos em betão e com mais de 2 pisos - estão dotados de alguns detalhes arquitectónicos interessantes, que interessa preservar. Dispõem de alguns apontamentos representativos de Arte Nova, sobretudo elementos decorativos, de que são exemplos os painéis de azulejo a revestir as fachadas, narrando cenas alusivas às campanhas vitivinícolas.

Neste núcleo, face às características da malha urbana e do quarteirão, mais generoso, foi possível a implantação de alguns equipamentos públicos, dos quais se poderão destacar pela sua notoriedade arquitectónica a actual Biblioteca Municipal, a Sede de Humanitária, o Cine-Teatro São João, erigidos ainda na primeira metade do século XX.

Fig. 4 – Fases fundamentais da evolução da malha urbana



À semelhança do núcleo urbano anterior, também este se desenvolveu para Norte, apresentando os seus quarteirões organizados no sentido Sudeste – Noroeste, na direcção dos pontos de maior acessibilidade, culminando igualmente com dois Largos nos extremos: o Largo de São João (a Norte) e o Largo do Touril ou 5 de Outubro (a Sul).

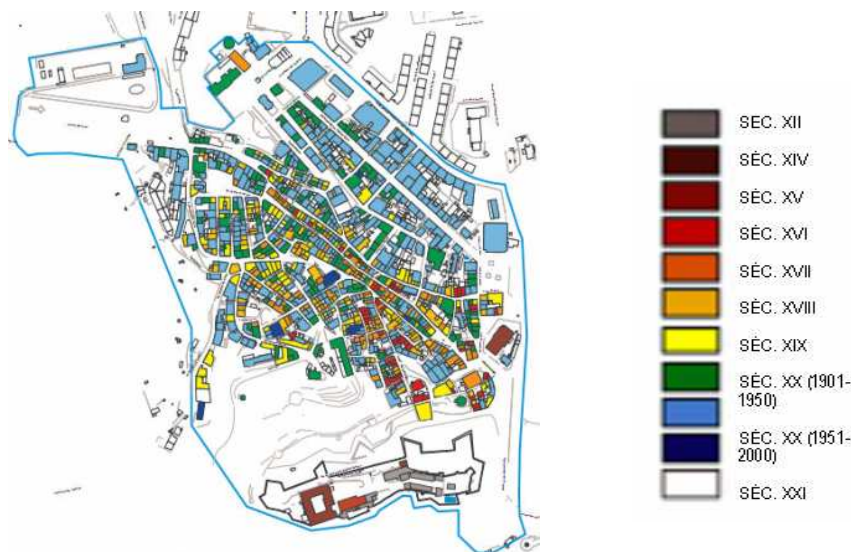
Presentemente verifica-se que, embora a estrutura urbana dos três núcleos se mantenha (na sua essência) praticamente inalterada, já no que se refere ao edificado, houve alterações significativas nalguns edifícios, que ao longo dos anos, por adaptações sucessivas ou até mesmo por demolição do original, têm vindo a dar lugar a outro tipo de soluções ou edificações que não são minimamente representativos da arquitectura autóctone, constituindo por vezes elementos dissonantes no contexto urbano do Centro Histórico de Palmela.

3.2. Caracterização do edificado

3.2.1. Datação

Como já vimos, a malha urbana evoluiu segundo lógicas de edificação próprias das várias épocas e da morfologia do terreno, daí a diferenciação já mencionada entre os 3 núcleos urbanos. Se por um lado é possível perceber, em traços gerais, a evolução do tecido urbano (no contexto geográfico e temporal), já no que se refere ao edificado, verifica-se que não acompanha exactamente essa lógica, pelo menos analisando nos dias de hoje.

Fig. 5 – Datação do edificado (sécs.XII-XXI)



Muitos edifícios foram demolidos ou simplesmente ruíram, dando lugar a outros mais recentes, pelo que o resultado das suas datações não espelha exactamente a evolução lógica da malha urbana, a efectuar-se de Sul para Norte, conforme anteriormente referido.

Assim, e de acordo com o levantamento arquitectónico realizado recentemente verifica-se que a datação do edificado aparece distribuída de forma difusa na área em estudo.

3.2.2. Tipologia e elementos de identificação

Lote

A divisão da propriedade resulta em muito da morfologia do terreno, de acentuado declive, da economia de meios e dos conceitos tipológicos adoptados na época. A ocupação do lote, de frente estreita e profundidade alongada assenta numa organização morfológica em “banda”, que permitia o aproveitamento comum das paredes laterais (paredes meias), como suporte físico estrutural da edificação, com a posição da escada já pré-fixada, quase sempre no sentido longitudinal da casa, permitindo uma liberdade edificável em profundidade.

Os alinhamentos do edificado respeitam em certa medida o plano marginal, definido pela frente do lote, que obedecia a uma norma tipológica adoptada e aceite de forma consensual. Ainda hoje é possível verificar a repetição de algumas tipologias aqui e ali, nomeadamente nas zonas

onde se verificam as construções mais antigas e representativas da arquitectura do Centro Histórico de Palmela.

O tipo de casa dominante

O tipo de casa dominante ou mais representativa no núcleo histórico da Vila de Palmela corresponde a uma transformação tipologia da casa urbana medieval, que consistia numa só fachada para a rua. As construções apresentam elementos característicos da casa urbana de seiscentos: chaminé de prumada, de ressalto, molduras de vãos arredondados e, por vezes, balcão de sacas com hastes cilíndricas aneladas.

Dos materiais usados, os mais correntes são a pedra e o barro como elementos intervenientes nas paredes estruturais. Na cobertura, geralmente era utilizada a telha vã, ou sela, sem forro no tecto, deixando as ripas a descoberto, dando mais amplitude à casa mas menos confortável. Mais tarde, numa perspectiva de maior conforto térmico, foi introduzido o forro no tecto.

Sucessivas transformações tipológicas alteraram a tipologia, sendo corrente, nos finais do séc. XIX, o uso da platibanda e do balcão de ferro forjado e a consequente alteração das fachadas.

Nos anos 60 e 70, iniciou-se um processo de descaracterização profunda, quase sempre associada à falta de qualidade arquitectónica e de soluções construtivas adequadas, restando hoje em dia, poucos conjuntos capazes de preservarem a memória urbana da vila.

No que se refere a compartimentos das habitações do Centro Histórico, verifica-se existir pouca informação gráfica que nos esclareça devidamente o interior dos edifícios. Há alguma dificuldade em aceder às habitações. No entanto, através de inquéritos efectuados pôde-se determinar as tipologias mais frequentes.

Quadro 1 - Tipologias mais frequentes:

Tipologia	%
T2	54%
T1	19%
T3	18%

Fachadas e vãos

No que diz respeito aos edifícios de habitação, designados no ponto anterior como casa dominante, ainda que em menor número, apesar de alterações pontuais de que foram sujeitos, ainda se poderão encontrar alguns exemplos cuja fachada obedece a um padrão repetitivo, aplicado em função da largura do lote e à tipologia adoptada.

Das tipologias mais frequentes encontram-se ainda:

Foto 2 – Tipologia de vãos dominantes



a

b

c

Legenda:

- a) Vão superior e inferior alinhados segundo o eixo da fachada principal da casa.
- b) Vão superior e inferior alinhados segundo um eixo comum na fachada principal da casa, com a existência de uma segunda entrada (usualmente associada à escadaria de acesso ao piso superior).
- c) Vão superior e inferior alinhados segundo um eixo comum na fachada principal da casa, tendencialmente encostados a um dos cunhais (limite da edificação).

Nos edifícios mais antigos, surgem vãos pequenos, colocados de forma aleatória na fachada, não obedecendo a uma métrica específica; podem ter molduras arredondadas, providas de caixilhos de madeira pintada, geralmente de branco ou cor clara.

Numa fase posterior, começa a vulgarizar-se a pedra como elemento de remate e moldura dos vãos, passando estes a ocupar um lugar mais proeminente e regrado na fachada.

Telhados

A relevância do tipo de telhados existentes está relacionada com a multiplicidade de pontos de vista elevados que a geometria do sítio permite, situação que é explorada abundantemente pelos miradouros de que a vila dispõe. Mas também a própria disposição dos beirados, quando existem, e os materiais neles utilizados têm importância na percepção das fachadas e dos enfiamentos visuais, conferindo um ambiente apreciado pelo peão quando percorre a Vila de Palmela.

Tanto os telhados como os últimos andares dos edifícios sofreram, na sua grande maioria, beneficiações, o que dificulta a definição rigorosa das tipologias mais comuns dos telhados dos edifícios no Centro Histórico da Vila.

Uma observação mais atenta permite-nos verificar a forte presença de telhados de tesouro, de quatro águas e de duas águas, tendo como cumeeada perpendicular à fachada. Este tipo de cobertura ainda se pode identificar nos edifícios mais antigos, que ainda não sofreram obras relevantes que pudessem alterar significativamente as suas características.

Na tipologia de edifício em planta comprida, o telhado de quatro águas devia verificar-se com menos frequência sendo mais evidente, por economia de meios, a aplicação do telhado de duas águas. O ponto do telhado é relativamente pouco elevado, como é tradicional no Sul do país.

A estrutura que suporta estes telhados é em madeira, de desenho muito simples, em geral com madres encastradas nas paredes estruturais, onde assentam vigas ou barrotes apoiados, também, nas paredes de fachada.

Constata-se que uma grande maioria dos telhados está profundamente alterada e raramente corresponde à versão original, sendo vasto o tipo de telhas utilizadas no recobrimento, desde a tradicionalíssima telha moldada de meia cana “mourisca ou portuguesa”, até às “Marselhas”. Quando avistadas as coberturas da vila, a partir de um ponto mais alto, verifica-se que o tipo de telha mais utilizado é o “Marselha”, resultado de uma natural evolução deste tipo de material. No entanto, mais recentemente esta tendência tem vindo a perder terreno para a telha de aba e canudo, que aparece em abundância nas reabilitações ou construções mais recentes.

Foto 3 - Telhados de Tesouro



Na época de 500 eram comuns os telhados de tesoura com baratelha. O seu registo e classificação ao nível do PGU de Palmela, tem vindo e muito, a contribuir para a sua valorização e preservação. Hoje, o restabelecimento deste conceito está um pouco patente nas novas

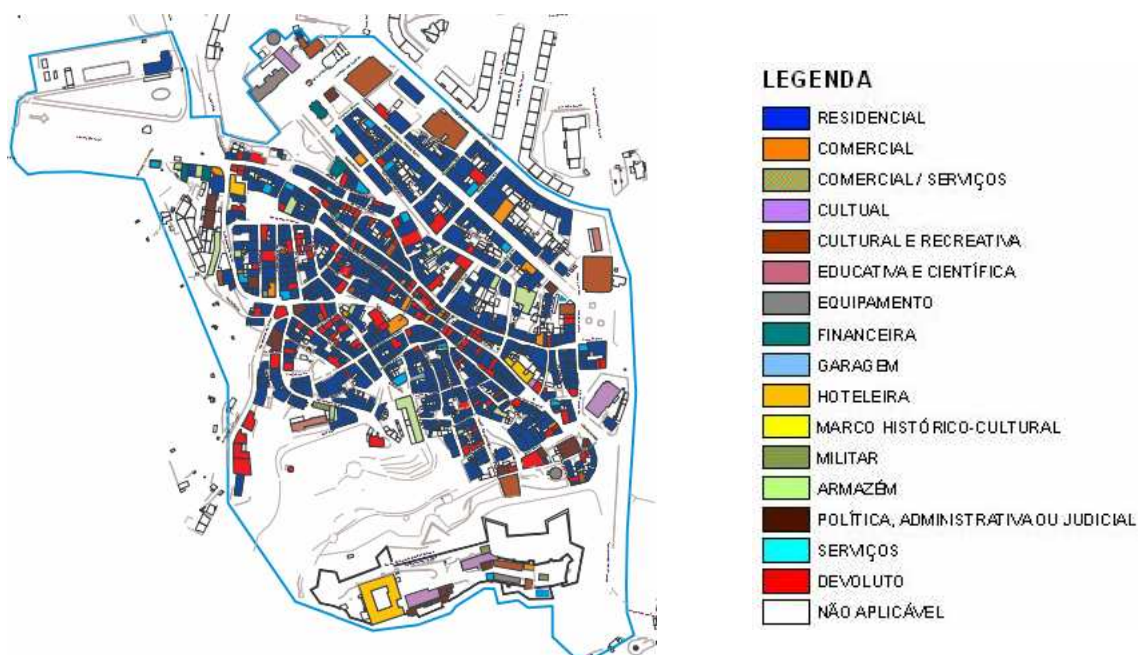
intervenções, promovidas pelos particulares, e ainda com a preocupação da Autarquia em preservar a dinâmica visual das coberturas, quando vistas de um ponto mais elevado.

3.2.3. Funcionalidade e regime de utilização

De acordo com o levantamento arquitectónico podemos verificar que o uso predominante dos edifícios é para habitação. Este facto justifica a vivência que caracteriza o Centro Histórico de Palmela. Apesar de haver alguns edifícios devolutos, ainda assim este tecido urbano é significativamente habitado.

Há um conjunto de outras valências que dão suporte à população, nomeadamente o comércio e serviços, mas não têm expressão e impacto suficiente para conduzirem ao fenómeno da “desertificação”; algumas actividades (apenas) diurnas contribuem para a desertificação dos centros urbanos após a hora de expediente. Os habitantes de Palmela têm, na generalidade, alguma satisfação em morar na terra onde nasceram ou cresceram, e raramente trocam a sua residência por outra na periferia.

Fig. 6 – Utilização do edificado



Outras funções revelam-se bastante importantes no contexto social por serem geradoras de dinâmicas próprias e de interesse colectivo, como é o caso das colectividades culturais e recreativas, e ainda de outros equipamentos. Funcionam como pólos de referência e de suporte à população, e representam de alguma forma a Vila e as suas tradições.

3.2.4. Estado de conservação

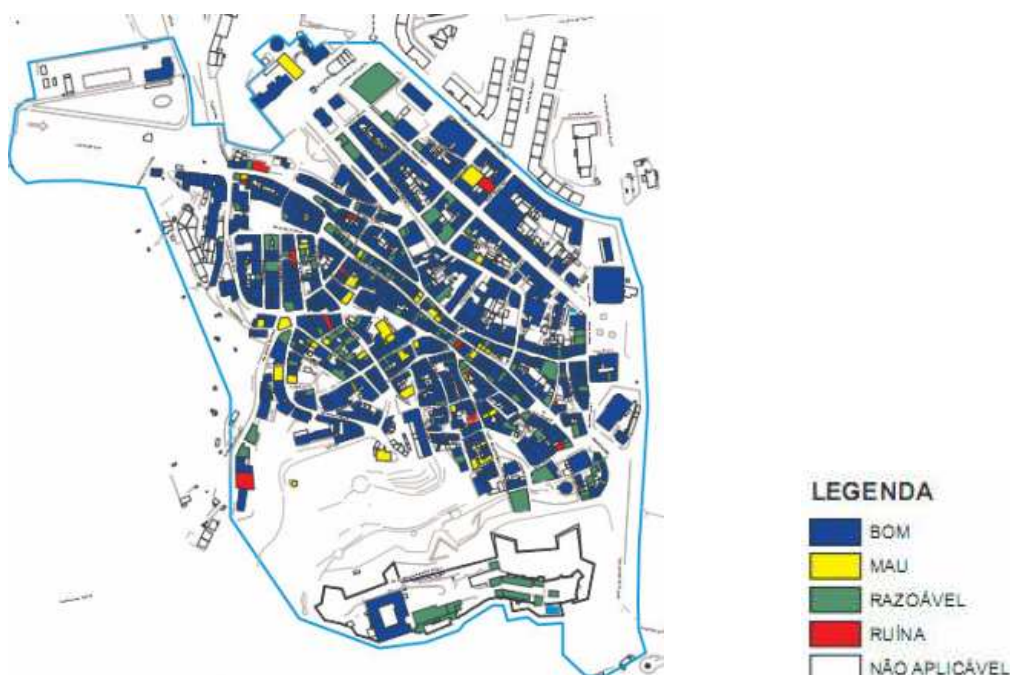
Analisando o estado de conservação, e atendendo à idade de alguns edifícios, ainda assim considera-se que, no cômputo geral, não se verifica uma situação preocupante no estado de conservação dos edifícios, embora do ponto de vista da percepção de quem percorre as ruas, observando o edificado, a imagem que sobressai é uma imagem pouco apelativa. Grande parte das patologias detectadas deve à falta de manutenção periódica dos rebocos e pinturas. Pontos que, de acordo com a grelha de classificação usada para determinar o estado de conservação dos edifícios, não penaliza muito o estado geral do edifício. Deste modo, o resultado obtido no levantamento arquitectónico é o seguinte:

Quadro 2. - Estado de conservação dos edifícios

Estado conservação	Nº de Edifícios	%
Bom	721	80
Razoável	128	14
Mau	39	4
Ruína	17	2
TOTAL	905	100%

Dos edifícios registados como estando em *Mau estado* de conservação, verificam-se patologias consideradas preocupantes, que carecem de uma intervenção rápida sob pena de passarem a ruína. Alguns deles têm alguma relevância arquitectónica, que interessa preservar, devendo por isso dar-se especial atenção. Tendo em conta todo o parque habitacional do Centro Histórico de Palmela, importa realçar que 129 edifícios se encontram devolutos.

Fig. 7 – Estado de conservação do edificado



3.3. Espaços públicos

3.3.1. Arruamentos

Típicas de uma malha antiga, as ruas têm uma capacidade limitada. São empedradas ou alcatroadas e estreitas, causando problemas aos veículos pesados, que não raras vezes roçam nos cunhais das casas de esquina ao fazerem as manobras. A maior parte das ruas deste Núcleo não estão dotadas com passeios, pois não há espaço para eles. As escadas fazem a ligação entre ruas, e desembocam junto a estas, proporcionando situações perigosas para o peão. São bastante inclinadas e quase sempre acabam no limite com os arruamentos com o qual estão interligadas.

A estrutura viária do Núcleo Histórico não favorece o uso de transportes urbanos rodoviários colectivos. A capacidade de estacionamento é reduzida. Arruamentos e pavimentos limitados para os níveis de tráfego actuais. Na zona mais a Norte (núcleo 3) a estrutura viária está mais adequada à realidade dos nossos dias: os passeios têm, na sua maioria, as medidas mínimas.

Os arruamentos definem uma malha de características ortogonais, cuja configuração e perfil transversal conferem uma melhor circulação automóvel.

Na generalidade, as infra-estruturas são bastante antigas, não obedecendo, por isso, às normas actuais que definem materiais e condições técnicas de implementação.

Foto 4 – Rua de Simões



3.3.2. Jardins e arranjos paisagísticos

O elemento verde preponderante no Centro Histórico é a designada “Mata do Castelo” ou Parque Venâncio Ribeiro da Costa, situado entre o castelo e o aglomerado urbano mais antigo da Vila de Palmela. É um elemento importante na transição do Castelo e a vila uma vez que é uma zona de descompressão urbana, onde o lazer e a contemplação são possíveis num ambiente próximo da natureza. Trata-se de uma zona verde, criada nos anos 30-40 do século XX, com aproximadamente 20 000 m², e que integra um circuito pedonal interno, ao qual estão associados espaços de estar, distribuídos por patamares.

Foto 5 – “Mata do Castelo” vista através do Largo d’El Rei D. João I



Outros elementos urbanos de utilização pública, como sejam as praças e largos, também fazem parte da estrutura da vila. Existem mais de 10 largos ou praças no Centro Histórico de Palmela. São espaços abertos que permitem, a partir das suas localizações estratégicas, conceder aos seus utilizadores zonas de lazer e contemplação da paisagem envolvente, e, nalguns casos funcionam como rotundas quando atravessados pelos arruamentos. Dadas as suas dimensões (reduzidas), são quase sempre elementos urbanos com ausência de zonas verdes, normalmente empedrados e sem qualquer elemento arquitectónico de referência, salvo o Largo Duque de Palmela com o seu Pelourinho – Monumento Nacional desde 1910 -, o Largo D. Maria I como o seu Chafariz e o Largo de S. João com o coreto e os edifícios de excepção em seu redor.

A maioria destes espaços carecem de ver as suas soluções revistas, uma vez que à época em que foram pensados, não houve qualquer preocupação relativamente às acessibilidades e segurança. Actualmente, os que ainda não sofreram qualquer tipo de intervenção nos últimos anos, não são suficientemente apelativos para atrair pessoas, são simplesmente zonas de passagem, sem qualquer tipo de equipamento ou condições que atraiam visitantes.

3.4. Património Arquitectónico

O Centro Histórico da vila de Palmela não se caracteriza por ostentar um grande número de edifícios de relevo nacional – são três os Monumentos Nacionais: Castelo, Igreja de Santiago e Pelourinho; contudo, o seu interesse do núcleo histórico prende-se essencialmente com a homogeneidade das características/soluções construtivas e tipológicas do seu conjunto

edificado. Para uma melhor compreensão do tipo de património arquitectónico relevante no Centro Histórico de Palmela, apresentam-se, em baixo, alguns exemplos dos principais imóveis existentes:

1. Castelo de Palmela

- Monumento Nacional, Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910, DG 136 de 23.06.1910. Servidão Administrativa: Castelo de Palmela, M.N. - Z.E.P., D.R. 1ª Série, nº 288, de 14-12-1985.
- Classificação: Monumento Nacional
- Utilização inicial: Militar/cultural
- Época de Construção: Séc. XII,XIII,XV, XVII.
- Localização: alto do outeiro, isolado, com implantação destacada sobre um dos contrafortes da Serra da Arrábida, a 238 metros de altura, dominando a Vila e os arredores.
- Descrição: Conjunto constituído pelo Castelo e Igrejas de Santiago e Santa Maria e Convento mestral da Ordem de Santiago



2. Igreja de Santiago

- Monumento Nacional, Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910, DG 136 de 23.06.1910. Servidão Administrativa: Castelo de Palmela, M.N. - Z.E.P., D.R. 1ª Série, nº 288, de 14-12-1985.
- Classificação: Monumento Nacional
- Construída entre 1460 e 1470, inclui o túmulo de D. Jorge, último Mestre da Ordem de Santiago.
- Encostada à muralha do lado Sul, seguida das casa dos priores, cobertas por telhados diferenciados de 2 e 4 águas respectivamente, a igreja coroada de merlões, ambas com fachada de 2 pisos para o terreiro; ao fundo deste, a Este, as ruínas da Igreja de Santa Maria, seguindo-se os edifícios das guarnições: 2 blocos de construções paralelas de 1 piso, cobertas por terraço, delimitado o bloco Sul por edifícios de 2 pisos e telhado de 4 águas.



3. Pelourinho de Palmela

- Monumento Nacional, Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910, DG 136 de 23.06.1910. Servidão Administrativa: Castelo de Palmela, M.N. - Z.E.P., D.R. 1ª Série, nº 288, de 14-12-1985.
- Classificação: Monumento Nacional
- Localização: Ocupa a plataforma central do Largo Duque de Palmela
- Utilização inicial: Marco jurisdicional. Actualmente é um marco histórico-cultural
- Época de construção: Séc. XVII.
- É uma estrutura autoportante, executada em pedra calcária.
- Cronologia: 1645 – construção do pelourinho, segundo inscrição no mesmo; 1907 – reconstrução a expensas da Câmara Municipal de Setúbal.
- Tipologia: Maneirismo. Pelourinho de Coluço.



4. Capela de São João Baptista

- Monumento de Valor Concelhio, Decreto-Lei de 31 de Dezembro de 1997.
 - Designação: Capela de São João Baptista/Capela de Rodes/Capela de Malta, antiga comenda da Ordem Hospitalária de São João de Jerusalém.
 - Época de construção: Séc. XVII.
 - Localização: Largo São João, Palmela
 - Utilização Inicial: Cultural
 - Utilização Actual: Cultural: realização de exposições temporárias.
- 5.
- Propriedade: Privada: Igreja Católica.
 - Tipologia: Arquitectura religiosa, maneirista. Capela de grandes dimensões, de fachadas lisas, com elementos classicizantes no portal, cunhais apilastrados e arco triunfal.



5. Capela da Misericórdia

- Encontra-se a decorrer o processo para eventual classificação deste imóvel. Servidão Administrativa: Castelo de Palmela, M.N., - Z.E.P., D. R. 1ª Série, nº 288, de 14-12-1985.
- Época de construção: séc. XVI, XVII e XIX
- Localização: Largo Duque de Palmela
- Enquadramento: urbano, meia encosta, flanqueado à direita por edifício de dois pisos, e à direita por antigo hospital da Misericórdia, actual "Hotel da Misericórdia", também de dois pisos, de que faz parte integrante, defronte para o Largo citado.
- Tipologia: Arquitectura religiosa, maneirista, barroca.



6. Cine-Teatro S. João

- Imóvel de Interesse Municipal, Assembleia Municipal de 24 de Maio de 2005, de acordo com o exposto na alínea b), do ponto 2, do artº 20º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.
- Época de construção: Séc. XX (1ª metade).
- Localização: Largo São João, Palmela
- Utilização: Recreativa e instalações de serviços municipais de gestão cultural
- Propriedade: pública municipal.
- Enquadramento: Urbano, junto ao Largo São João; separado da via pública por passeio de pedras de corte tosco, irregular; com dois pisos sobrelevados por embasamento proeminente, rematado por colunas exterior.



7. Chafariz D. Maria I

- Imóvel de Interesse Municipal, Assembleia Municipal de 24 de Maio de 2005, de acordo com o exposto na alínea b), do ponto 2, do artº 20º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.
- Designação: Chafariz D. Maria I.
- Época de construção: séc. XVIII.
- Utilização: Equipamento - fonte
- Propriedade: pública municipal.
- Enquadramento: urbano, em meia-encosta, à entrada da vila, em cruzamento de vias; adossado à direita a edifício de dois pisos, espaldar adossado a escadaria numa encosta; separado da via pública por passeio de pedras de corte tosco, irregular.
- Materiais: cantaria de calcário e alvenaria.
- 1792 – Inauguração do chafariz mandado construir por D. Maria I no local onde fora erguido outro, por ordem do Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge.

